

Raquel Cândido

Estréia na Câmara pelo PFL, depois de eleita vereadora em Porto Velho pelo PMDB. Está ligada à área trabalhista



Raquel Cândido (PFL-RO) assegura: "Trabalhador comigo não passa trabalho", enquanto trata, pelo telefone, de encaminhar problemas de um sindicato de seu Estado. Em sua versão, foi este interesse pela classe trabalhadora que gerou sucessivos problemas com o PMDB de Rondônia e fez com que ela saltasse, de malas e bagagens, para o PFL em julho de 1986 — elegendo-se em seguida deputada federal por este partido.

"O PMDB cassou meu mandato três vezes", conta a deputada, cuja carreira parlamentar começou em 1982, quando se elegeu vereadora em Porto Velho. "A bancada do PDS não era suficiente para obter os dois terços de votos necessários à cassação, mas o PMDB sempre completou o número", explica. Nas três ocasiões ela acabou "derubando juridicamente" a decisão de afastá-la da Câmara Municipal. Seu mandato foi reafirmado pela última vez dia 22 de novembro, quando já havia garantido uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte.

Como "não se pode abraçar o Sol com as pernas", vai se dedicar a dois temas na Constituinte. Um deles é a questão mineral e energética, à qual está ligada há bastante tempo e que estuda intensamente no momento. Como suplente, pretende atuar na comissão que tratará dos assuntos de Economia, onde concentrará sua atenção "na cesta básica, no salário dos trabalhadores" e batalhará por uma reforma urbana, que discipline o uso do solo nas cidades e o subordine à função social.

De modo menos direto, já que só pode participar de duas comissões, estará atenta às questões da mulher. Não sendo uma "feminista rasgada", quer uma distribuição melhor das responsabilidades entre o casal: "Filho se faz a dois", pondera, ao propor o fim da pensão alimentícia unilateral. Aos 35 anos, "juntada, como se diz" e mãe de quatro filhos, deseja ver o casamento substituído por um contrato ao qual se ponha fim no momento em que esta for a vontade das partes.

Jonas Pinheiro

"Onde há agricultor há votos" é o seu lema. E assim foi reeleito deputado pelo PFL de Mato Grosso



Jonas Pinheiro (PFL-MT) tem em seu estado "votos onde há agricultores". Esta base, que lhe garantiu sufrágios em todos os municípios mato-grossenses nas duas últimas eleições, forjou-se através de um trabalho iniciado em 1961, como técnico agrícola. Em 1971, ingressou na Faculdade de Medicina Veterinária, formou-se em 1974. De 1975 a 78, foi coordenador do Programa Polocentro. Dali, saiu para assumir em 1979 a presidência da Emater/MT, cargo que desempenhou até se eger deputado federal pela primeira vez em 1982.

Com tal trajetória, diz ser considerado "o verdadeiro representante do agricultor mato-grossense no Congresso Nacional" e tem suas atenções voltadas basicamente para esta área. Defende a reforma agrária, mas vê com desconfiança — a respeito dos resultados — a simples doação de terras. Acha que a reforma tem de ser precedida pela definição de uma política agrícola — e que, a partir daí, o agricultor

pode e deve pagar, em longo prazo e com juros baixos, a terra que receber. E dá exemplos concretos de duas situações diferentes.

Em Terra Nova (MT) foram assentadas 900 famílias, em terras doadas. Com o tempo, os contemplados foram deixando o lugar, vendendo suas glebas. Hoje, garante ele, não há mais de 10 por cento dos primeiros moradores no local. Já em Agua Boa, também em seu Estado, uma cooperativa, a Coopercana, formou um núcleo rural. Os agricultores pagaram a terra, tiveram problemas com o solo — devido à monocultura do arroz —, diversificaram as lavouras e progrediram. Poucos se desfizeram da terra. Diante disso, ele considera mais conveniente o assentamento mediante formação de cooperativas ou projetos de colonização, com a terra vendida, desde que seja implantada uma infra-estrutura compatível com as necessidades do agricultor. Amanhã, assume a secretaria-geral do Conselho Federal de Medicina Veterinária.